

> As contribuições de Antônio Francisco Lisboa na construção da capela de São Manoel de Rio Pomba: análises e reflexões

> The contributions of Antônio Francisco Lisboa to the construction of the chapel of São Manoel de Rio Pomba: analyses and reflections

Por Lucas Vilela Souza

Doutorando em Artes, Cultura e Linguagens na linha de pesquisa Arte e Moda: História e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF/MG, com bolsa PBPB. E-mail: lucas-vilela@outlook.com. Orcid: 0009-0005-7431-9887.

Por Elza Helena Martins Vieira

Mestra em Artes, Cultura e Linguagens na linha de pesquisa Arte e Moda: História e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF/MG. E-mail: elzahmv@gmail.com. Orcid: 0000-0001-7174-8313.

Resumo

Este artigo apresenta uma síntese do estudo da trajetória arquitetônica da Igreja Matriz de São Manoel da cidade de Rio Pomba/MG, considerando os fatos ocorridos na construção da primeira capela, e por meio da revisão bibliográfica e análise das informações encontradas em documentos históricos expõe algumas reflexões que possam esclarecer a participação de Antônio Francisco Lisboa no processo construtivo da edificação religiosa. A Igreja Matriz de São Manoel representa uma unidade paroquial da antiga "Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato", com uma importância regional e história rica em tradições e contradições.

Palavras-chave: Zona da Mata Mineira. Rio Pomba. Igreja Matriz de São Manoel. Padre Manoel de Jesus Maria. Antônio Francisco Lisboa.

Abstract

This article presents a summary of the study of the architectural trajectory of the Mother Church of São Manoel in the city of Rio Pomba/MG, considering the events that took place during the construction of the first chapel. Through a bibliographical review and analysis of the information found in historical documents, it presents some reflections that may shed light on the participation of Antônio Francisco Lisboa in the construction process of the religious building. The Church of São Manoel represents a parish unit of the former "Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato", with regional importance and a history rich in traditions and contradictions.

Keywords: Zone the Mata Mineira. Rio Pomba. Church of São Manoel. Father Manoel de Jesus Maria. Antônio Francisco Lisboa.

> Artigo recebido em 26.07.2023 e aceito em 05.10.2023.

1 Introdução

Ao explorar o patrimônio arquitetônico religioso da Zona da Mata Mineira, percebe-se a evolução da arquitetura colonial ao longo dos séculos XVIII e XIX. Essas estruturas não representam apenas o fervor religioso da época, mas também a habilidade das artes locais, e são testemunhos tangíveis de uma herança histórica e arquitetônica do Brasil colonial.

A trajetória de existência da Igreja Matriz de São Manoel da cidade de Rio Pomba–MG nos oferece a possibilidade de estudar parte da história, da cultura e da sociedade que compõem atualmente a Zona da Mata Mineira.

A condição desta matriz, sede da antiga “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”¹ e os registros da sua trajetória arquitetônica, bem como de seu acervo de bens móveis e integrados são fragmentos de uma “memória coletiva” conforme aponta Pollak², ou ainda, seguindo o pensamento de Pierre Nora³, são “lugares de memória” que remetem à ocupação e colonização da região nas décadas finais do século XVIII, se entrelaçando ainda com acontecimentos e personalidades importantes para a historiografia mineira, como o artífice Antônio Francisco Lisboa (Vila Rica, 1730 ou 1738 – 1814) – o mestre Aleijadinho⁴.

Considerando o exposto, o enfoque pretendido neste artigo direciona-se, portanto, a analisar um parecer ⁵ de Antônio Francisco Lisboa sobre o “risco”⁶ da

¹ A expressão que nomeou a Freguesia foi empregada nos registros de batismo e documentos da administração colonial para designação da paróquia. Posteriormente, as designações dos grupos indígenas adquiriram as grafias de Coropós (Cropó) e Coroados (Croato), atendendo as normas de convenção para a grafia dos nomes tribais estabelecidas pela Associação Brasileira de Antropologia, em 1953. Ver também a *Revista de Antropologia* - Convenção para a grafia dos nomes tribais. N.º 2 – Volume 2, 1954, p. 150-152.

² Michael Pollak, “Memória, esquecimento, silêncio”, 1999, p. 3-15.

³ Pierre Nora, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, 1993, p. 7-28.

⁴ Importante artífice, escultor e entalhador de Vila Rica (atual Ouro Preto–MG), do século XVIII, período colonial mineiro. Foi apelidado de “Aleijadinho” pelos Modernistas no início do século XX e tornou-se posteriormente um nome de prestígio com referência nacional e internacional na fatura da arte sacra colonial mineira (Grammont, 2008, p. 47-64).

⁵ Neste artigo utilizamos o conceito de “parecer” conforme a definição de Belloto (2002, p. 78), “opinião técnica ou científica sobre um ato, servindo de base para a tomada de decisão”.

⁶ A palavra “risco” refere-se à representação gráfica (desenho, esboço, traço) da edificação em planta baixa e elevações, com a indicação de suas dimensões (comprimento, largura e altura). Etimologia da palavra “risco”: Do francês risqué. O mesmo que risca. Linha ou traço. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 27 jul. 2023. Sobre a representação gráfica de projetos no período colonial, recomenda-se a leitura do artigo “Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira: mestres de ofício, ‘riscos’ e ‘traças’” (2012), de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/39816>. Acesso em: 15 maio 2022.

primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato” fazendo algumas reflexões sobre as suas contribuições.

Chegamos a tal parecer após uma pesquisa documental sobre a construção da primeira capela da Freguesia nos registros digitais disponibilizados pelo do Arquivo Público Mineiro, uma vez que nos arquivos documentais da Paróquia de São Manoel, na cidade de Rio Pomba–MG, tais documentos não foram localizados.

Solicitamos informações ao Centro de Documentação e Informação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2022)⁷, sediado em Belo Horizonte–MG, na esperança de encontrar mais documentos sobre a capela da cidade de Rio Pomba–MG. Porém, em resposta havia apenas um documento no qual estavam transcritos os requerimentos de Padre Manoel de Jesus Maria (1731-1811) e o parecer de Antônio Francisco Lisboa. Esta transcrição nos auxiliou na leitura dos documentos localizados no Arquivo Público Mineiro.

Recorremos também a fontes bibliográficas de pesquisadores importantes do período colonial mineiro como Judith Martins (1974) e Sylvio Vasconcellos (1979), onde encontramos referências sobre a atuação de Antônio Francisco Lisboa na cidade de Rio Pomba–MG, nas décadas finais do século XVIII (1771), tendo como base o referido documento do Arquivo Público Mineiro.

Também realizamos a leitura de artigos, dissertações e teses sobre a formação e cultura da região. Percebemos que, ao longo do tempo, o assunto resultou em diversas interpretações entre pesquisadores e memorialistas locais, se desdobrando em inesgotáveis discussões, interpretações e, especialmente, deturpações que resultaram, por fim, na atribuição do projeto da primeira capela ao artífice mineiro. Até o momento não foi possível determinar qual a primeira publicação ou autor a relatar a questão, o que pode se tornar objeto de estudo para futuras pesquisas⁸.

⁷ A consulta foi encaminhada por e-mail (cdi.mg@iphan.gov.br) ao Centro de Documentação e Informação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Belo Horizonte. O retorno do CDI-IPHAN também foi por e-mail no qual foram anexados os documentos com as seguintes referências: Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Público Mineiro. Códice 186 – Fls. 3 (S.G.). Ano de 1771. Igreja Matriz do Mártir São Manoel e Documento do Aleijadinho – Copiado por Paulo Kruger C. Mourão. p. 1-2.

⁸ Ressalta-se que este tema é objeto de estudo do historiador André Vieira Colombo, que também pesquisa sobre o acervo de imaginária sacra na região.

Antônio Francisco Lisboa - mestre Aleijadinho - é reconhecido por sua contribuição notável para a arte e a arquitetura barroca e rococó desenvolvidas durante o período colonial no Brasil. A valorização de suas obras está associada ao processo de revalorização crítica do “barroco mineiro”, tendo como marco inicial os artigos de Mário de Andrade, publicados em 1920 na “Revista do Brasil”⁹, nos quais já aparecia de forma definida o “conceito de identidade nacional” relacionado à arte sacra e religiosa produzida no período colonial em Minas Gerais. Em outro artigo publicado no ano de 1928, Mário de Andrade confere ênfase às qualidades de Aleijadinho como um “mulato” e “gênio deformador expressionista”. Manifesta ainda que o artífice “coroa como gênio maior, no período em que a entidade brasileira age sob a influência de Portugal”, e que como um mestiço “ele deforma a coisa lusa, abasileirando, lhe dando graça, delicadeza e dengue”¹⁰.

No início do século XXI, a “*Revista de História da Biblioteca Nacional*”¹¹ publicou uma matéria sobre a recuperação de algumas obras de Aleijadinho, destacando a dificuldade de reconhecer suas autorias. Essa dificuldade decorre de vários motivos, como o fato de o artífice mineiro não assinar suas obras e poucas possuírem os recibos de arrematação. Myriam Oliveira (2002), afirma que muitas “produções artísticas, de acervos escultóricos mineiros dos séculos XVIII e XIX, existentes nas igrejas principalmente, não possuem autoria indicada e encontrar tais executores é tarefa árdua”.

Apesar de possuírem uma técnica, os artífices do século XVIII, como, por exemplo, Antônio Francisco Lisboa e Manoel da Costa Ataíde, não eram tratados como artistas¹² e seus trabalhos não eram considerados como “arte” pela Igreja Católica, mas “objetos devocionais”, destinados aos cultos católicos. Na execução da ornamentação interna das igrejas católicas, que envolvia a produção dos retábulos, das imagens e pinturas de teto e paredes, não havia uma preocupação

⁹ Os números que trazem os artigos mais importantes de Mário de Andrade sobre a arte religiosa são: 49;50; 52;54. As versões digitais podem ser consultadas em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/browse?type=subject&value=Revistas%20culturais>.

¹⁰ Mário Moraes de Andrade, *O Aleijadinho (1928)*. In: Aspectos das Artes Plásticas no Brasil. São Paulo: Martins, 1965, p.45.

¹¹ Revista de História da Biblioteca Nacional. *Nas pistas do barroco. Aleijadinho deixou marcas nas ruas, nas igrejas e no imaginário dos católicos*. Ano V, n. 51, dez 2009, p. 16-26.

¹² Considerando o conceito de “artista” que adotamos atualmente e que está relacionado ao modelo europeu onde os indivíduos que trabalhavam e viviam das artes como pintura e escultura, aprendiam o ofício em Escolas de Arte, proporcionando a capacidade de desenvolvimento de um pensamento crítico a respeito de suas criações. No período colonial os artífices não tinham essa formação acadêmica e suas produções eram controladas pela Igreja Católica (Grammont, 2008, p. 226). Conforme apontado por Coelho (2005), a Santa Sé “sempre intervinha na produção visual que encomendava aos artífices coloniais para dignificá-las e evitar, ao seu modo de ver, os abusos e elementos profanos que não se adequavam ao fim da arte sacra”.

com a estética desses elementos no sentido do “deleite aos olhos”, mas sim, na sensação de “arrebato do fiel”, pois foram concebidos exclusivamente, segundo Mattos (1987), para a “monopolização das almas”.

Tais obras refletiam, sobretudo, a vida religiosa dos artífices, e não eram produzidas, portanto, de forma autoral. Na maioria das vezes, sequer eram assinadas por seus autores. Dessa forma, uma das soluções encontradas para a identificação da autoria das obras do Mestre Aleijadinho consiste em submetê-las a um processo de atribuição onde especialistas na obra do artífice, como Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira¹³, Olinto Rodrigues dos Santos Filho e Antônio Fernando Batista dos Santos, por meio de comparações a outras produções documentadas, analisam seus “estilemas”¹⁴ e, dependendo do número de semelhanças encontradas, a atribuição ao artífice é assentida.

No entanto, essa prática gera uma série de discordâncias e é passível de revisão ao longo do tempo, o que embora não deprecie essas obras quanto a serem consideradas como patrimônio cultural nacional, gera insegurança entre colecionadores e o mercado de artes, que podem ver seus exemplares perderem valor. Porém, tal circunstância não reduz a importância destas produções e atenta-se ao fato de estes bens serem considerados, acima de tudo, como patrimônios culturais, portanto, seu valor é histórico e cultural.

Partindo do exposto, o trabalho que apresentamos se torna uma importante fonte de informação, pois o documento analisado baseia-se em um parecer emitido pelo próprio artífice Lisboa sobre a análise do levantamento métrico (risco, desenho ou esboço) de uma edificação religiosa, no qual podemos constatar seus conhecimentos técnicos. Propomos neste estudo apenas a análise do parecer de Antônio Francisco Lisboa sobre o “risco” da capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”, elaborado em 1771.

Ressaltamos que não há a intenção de atribuir ao artífice Lisboa a competência de “arquiteto” ou a autoria do “risco” da primeira capela da Freguesia, mas, sim, apresentar um documento que se constitui em um dos poucos registros oficiais que podem comprovar seu trabalho e conhecimentos técnicos, considerando a projeção de edificações religiosas e não apenas de sua

¹³ Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, “O Aleijadinho, escultor de imagens devocionais”, 2002, p. 10-33.

¹⁴ Marca ou traço pessoal que se tornaram uma constante do estilo do artífice em suas obras como, por exemplo, a forma de esculpir os olhos, cabelos e barba das imagens (Coelho; Quites, 2014).

ornamentação. Não entraremos também no mérito de discutir as várias interpretações presentes em outras bibliografias sobre este episódio.

Apresentamos a seguir um resumo histórico sobre a ocupação e colonização da região. Em seguida, abordamos os problemas enfrentados na construção da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”, onde discutiremos o conteúdo do parecer de Antônio Francisco Lisboa. Ao final, traremos algumas análises e reflexões sobre as contribuições do parecer para construção da primeira capela da Freguesia.

Ressaltamos, por fim, que nossa pesquisa não se ocupa em apresentar todas as respostas para as perguntas que existem sobre o tema. Em nossa análise lançamos luz sobre algumas questões que podem ser abordadas e discutidas em estudos futuros.

2 Ocupação e colonização dos “sertões proibidos do leste”

De acordo com Ângelo Carrara (2006)¹⁵, pode-se considerar que o “marco do processo de colonização de parte significativa do leste do território da Capitania de Minas Gerais”, conhecido como os “sertões” ou “áreas proibidas”, foi a instauração da “Freguesia do Mártir São Manuel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe, cuja sede paroquial corresponde ao atual Município de Rio Pomba–MG”¹⁶.

A antiga “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato” foi criada por provisão régia de Dom João V, em 16 de fevereiro de 1718¹⁷. Era formada por um conjunto de aldeamentos de grande importância para a fronteira leste do termo da cidade de Mariana¹⁸, da qual a

¹⁵ Ângelo Alves Carrara, Sertões do leste. In: *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras I*. IBGE. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 21 - 22. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80931_v2.pdf. Acesso em: 4 ago. 2022.

¹⁶ Em sua evolução administrativa, a cidade de Rio Pomba correspondia ao “aldeamento de São Manoel”, sede paroquial da Freguesia, fundado entre 1767 – 1770. O aldeamento foi elevado a “vila” pela resolução da Regência de 13 de outubro de 1831. A elevação à categoria de “cidade” se deu pela Lei n.º 881 de 6 de junho de 1858, quando passou a chamar-se “Pomba”. A denominação vigente do município de “Rio Pomba” foi adotada oficialmente no século XX, com a Lei n.º 336 de 28 de dezembro de 1948 (Vieira, 2024, p. 20).

¹⁷ Conforme dados do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>. Acesso em: 4 ago. 2022.

¹⁸ A Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato era de grande extensão territorial, correspondendo à porção sul e central da atual Zona da Mata Mineira. As antigas povoações representavam locais de descobertas de ouro, aldeamentos indígenas ou fazendas e correspondem atualmente aos municípios de Rio Pomba (sede paroquial da freguesia),

atual cidade de Rio Pomba–MG é a povoação mais antiga, fundada no terceiro quartel do século XVIII (entre 1767 e 1769) e atingindo seu apogeu econômico no século XIX, com a cafeicultura.

Antecedendo a formação desta Freguesia, em meados dos anos setecentos, “a região a margem esquerda dos rios da Pomba e Peixe era habitada pelos grupos indígenas denominados Cropó, Croato e Puri”¹⁹. Estes, à medida que entravam em contato com os colonizadores portugueses, que chegavam à região em busca de novas minas de ouro e pedras preciosas, diante da opressão e domínio, travaram violentos choques que duraram anos.

Neste mesmo período do século XVIII, havia também vários quilombos instalados na região. Esses agrupamentos eram formados pelos negros que conseguiram fugir de seus opressores e, assim como os indígenas, ofereceram grande resistência por muitos anos às investidas das autoridades portuguesas que tentavam em vão recapturá-los e pôr fim às ações de roubos de alimentos e contrabando de ouro que promoviam na região.

Diante desta situação, na segunda metade do século XVIII, o governador Luís Diogo Lobo da Silva, deliberou junto ao bispado de Mariana²⁰ sobre a criação de uma missão religiosa para a resolução do conflito com os indígenas e quilombos, impulsionando a ocupação da região.

No final do ano de 1765, por ordem do Governador da Capitania, Dom Luiz Diogo Lobo da Silva, confirmou-se a nomeação do Padre Manoel de Jesus Maria para o cargo de “Diretor dos Índios da Aldeia dos Rios Pomba e Peixe”²¹. A expedição foi então organizada e contava com a participação do Capitão Francisco Pires Farinho, que ficou responsável pelo governo civil dos nativos, e de seu irmão Manoel Pires Farinho e alguns indígenas²² pacificados, que serviram de intérpretes.

Aracitaba, Tocantins, Mercês, Astolfo Dutra, São João Nepomuceno, Doros do Turvo, Paula Cândido, Rio Novo, Tabuleiro, Piraúba, Descoberto, Viçosa, Senador Firmino e Visconde do Rio Branco, Ubá, entre outras. Informações disponíveis nos Arquivos Eclesiásticos da Paróquia de São Manoel de Rio Pomba, Livros 1 e 2.

¹⁹ Paiva, 2010, p. 30.

²⁰ Com a posse canônica de Dom Frei Manoel da Cruz, cisterciense da família de São Bernardo e Primeiro Bispo, na histórica, data de 2 de fevereiro de 1748, Mariana se tornara, dentro do contexto brasileiro, a sexta diocese, depois do bispado da Bahia (1555), Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), Maranhão (1677) e Pará (1719). Antes da data inaugural da diocese (2/2/1748), a Província das Minas Gerais “*in spiritualibus*” dava obediência aos Bispos do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://arqmariana.com.br/historia/>. Acesso em: 13 set 2021.

²¹ Certidão. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 2, fascículo 2. Direção e redação: J. P. Xavier da Veiga. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897, p. 357-358.

²² Dos quais ainda não se sabem os nomes e etnias.

A caravana, parte da então Vila Rica (hoje Ouro Preto–MG), até atingir um ponto próximo à margem esquerda do “Rio da Pomba e Peixe”, “erguendo-se ali uma capela provisória em uma tapera de taquara e palha, abrigando um altar portátil”²³, com uma pequena imagem do orago São Manoel e celebrando neste mesmo local a primeira missa no dia 25 de dezembro de 1767”²⁴. Desta forma, o Padre Manoel de Jesus Maria, tornou-se o “primeiro vigário e fundador da ”Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”²⁵.

Conhecer a história da região é praticamente indissociável de conhecer a trajetória de vida do Padre Manoel de Jesus Maria, um “padre mulato”, que teve uma importante atuação religiosa e também política na formação da antiga Freguesia de São Manoel.

O que torna interessante a sua figura, não é apenas o fato de ser um representante da igreja e da lei real, que desbravou uma região desconhecida, buscando levar a fé católica aos infiéis no interior dos sertões proibidos da fronteira leste do termo da cidade de Mariana, mas também, por ser um “mulato forro”, que planejou e conseguiu ser ordenado padre numa época em que a sociedade o considerava como inferior por ser diferente quanto à sua cor e por ter origem escrava e, mesmo assim, conseguindo superar as dificuldades que lhe foram impostas.

Pouco se sabe sobre quais as condições e os acordos que o Padre Manoel de Jesus Maria estava disposto a estabelecer e aceitar para atingir seu objetivo, o fato é que ele conseguiu chegar aos sertões da mata, dar fim aos conflitos entre os colonos e os índios e também contribuir com a dissolução dos quilombos que haviam se implantado na região. Estas conquistas conferiram grande prestígio ao padre aos olhos dos administradores da Coroa, resultando finalmente em sua ordenação como “vigário da recente freguesia dos índios e de todos os moradores” que nela habitassem²⁶.

²³ Conforme o Códice Costa Matoso (vol. 1, 1999, p. 75-76), o “altar-portátil” poderia ser descrito como uma chapa de pedra natural, sagrada por um bispo ou outra autoridade eclesiástica, com dimensões suficientes para conter os objetos do culto como hóstia e cálice, que era empregada na realização de missas em lugares não sagrados, conforme utilizado na ocasião pelo Padre Manoel de Jesus Maria.

²⁴ Natália Paganini Pontes de Faria Castro, *Entre Coroados e Coropós: a trajetória do padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba (1731-1811)*, 2010, p. 120.

²⁵ Castro, *op.cit.*, p. 120-125.

²⁶ Paiva, *op.cit.*, 59.

3 Os percalços de construção da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”

Após quase três anos de funcionamento da capela improvisada, em 1770, Padre Manuel de Jesus Maria consegue financiamento junto à Fazenda Real, com a aprovação das despesas pelo Governador da Capitania, Luís de Menezes, o Conde Valadares, para a construção de uma edificação adequada ao culto católico.

Encontramos nas obras de Judith Martins (1974) e Sylvio de Vasconcelos (1979) algumas informações sobre a construção da primeira capela do aldeamento sede da Freguesia. Na obra de Judith Martins, “*Dicionário de artistas e artífices de Minas Gerais, dos séculos XVIII e XIX* (1974)”²⁷ consta que a obra de construção da primeira capela da Freguesia foi instalada na margem direita do “Rio da Pomba e Peixe”, região de aldeia Cropó, sendo levada à arrematação em 1770. A execução da obra ficou a cargo do pedreiro Francisco Ribeiro de Andrade na quantia de 580\$000 reis, dividida em três partes iguais de 193\$333 reis, pagas respectivamente, no início, meio e fim da obra.

Natália Castro (2010), em seu estudo sobre a “trajetória do Padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba”, nos fornece a descrição de alguns trechos do “Processo de pagamento da obra de construção da primeira capela da Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”, datado de 7 de julho de 1770, sobre serviços contratados, onde consta que:

[...] o arrematante dos serviços deveria fazer terraplano para dar lugar à capela; “levantar mais o pé-direito de toda obra em cinco palmos para os forros serem debaixo do ovado”; os esteios de sustentação, medindo “um palmo e meio com quadro”, deveriam ser “inteiriços e sem emendas”, feitos em Braúna ou das “melhores madeiras de lei que se acharem”, sendo bem enterrados para a segurança da obra. Para as soleiras das portas, mandava-se usar esteios de um palmo de altura, assim como toda a “Igreja em roda” seria revestida com “tabuões de três dedos de grosso”; os “engradamento” e “madeiramento” deveriam ser feitos com “as madeiras da melhor qualidade que se achar”, necessários para a segurança dos adobes, bem como para poder pregar “caibros roliços, ripada de palmito”. Executar o forro, que deveria ficar “debaixo do ovado”, com “a roda e sua cimalha pequena em toda a igreja, capela-mor, sacristia, casa da Fábrica”. Foi solicitado também que o executante conferisse “alguma graça” à igreja, já que o “risco não mostrava a qualidade dela”. Francisco Ribeiro de Andrade fez o arco-cruzeiro com pilar na “ordem toscana”, além de guarnecer “todas as portas, janelas, frestas e óculos”. Pedia-se a execução de um “Coro”, com “dois pés direito oitavados e assoalhos com vigas lavradas” e uma grade de balaústres torneados, além de uma escada para subir a ele partindo da

²⁷ Judith Martins, “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”, 1974, p. 372.

epístola “na melhor acomodação”. Ainda conforme as condições de arrematação, o contratante deveria fazer a “torre do sino” quadrada “em oito palmos”, acessada por uma “escada de pião” fixada no coro. Foi solicitada ainda a construção das “pirâmides que mostra o risco e os balaústres das janelas da frente”; acampamento da capela-mor, corpo da igreja, presbitério e altar das melhores madeiras que se acham no país. Segundo as normas, o retábulo foi feito de “tabuado” com os “pilares livres guarnecidos” com cimbalhas e molduras, deixando espaço para o camarim. Era dever do arrematante fornecer “toda a telha que for precisa para esta obra, ferragens, pregos, madeiras e todos os mais materiais”. Estabelecia a fatura de “quantas paredes de adobe” fossem necessárias, o reboque de cal e areia em toda obra, a caiação e colocação de telhado no templo. Determinava ainda a construção de dois púlpitos, cujas entradas se dariam por escadas internas, circundados por grades de balaústres torneados, assentados a doze palmos de distância do arco-cruzeiro, com sua porta no meio, feita da mesma grade utilizada para dividir homens e mulheres. Solicitava também a confecção de quatro pias para água benta. Duas “grandes” foram alocadas na entrada da capela e as menores na porta da sacristia. Previu-se ainda a montagem de uma “pia grande” para o batismo, a qual foi posta onde quis o vigário Jesus Maria²⁸.

As descrições apresentadas acima nos fornecem informações sobre a arquitetura e acabamentos utilizados na época para a construção da capela, como técnica construtiva notamos o uso de engradamento de madeira e vedação de adobe. Sua composição remete às construções religiosas dos períodos setecentista e oitocentista, contendo capela-mor com seu retábulo principal separada da nave pelo arco cruzeiro, na nave a determinação da instalação de dois púlpitos laterais e coro aos fundos.

No entanto, conforme aponta Sylvio de Vasconcelos²⁹, durante o processo de implantação da edificação o arrematante constata que as dimensões do templo poderiam estar equivocadas e informa ao Padre Manoel de Jesus Maria. O clérigo solicita então que fosse providenciado o “risco” da edificação em construção³⁰.

De posse do levantamento, Padre Manoel de Jesus Maria encaminha-o para Vila Rica, endereçado a Antônio Francisco Lisboa, solicitando que analise as dimensões informadas e dê seu parecer.

Tal informação consta em documentos existentes no Arquivo Público Mineiro³¹, cuja descoberta atribui-se a Salomão de Vasconcellos, que publica os

²⁸ Castro, *op.cit.*, 120-121.

²⁹ Na obra de Sylvio Vasconcelos encontra-se uma listagem de trabalhos feitos por Aleijadinho. Nela são citados os trabalhos realizados em Rio Pomba identificados anteriormente por seu pai, Salomão de Vasconcellos. Pesquisar em: Sylvio de Vasconcelos, *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. São Paulo, Cia. Editora Nacional Brasileira, vol. 369, 2ª edição – 1979, p. 75-140.

³⁰ Ressaltamos que não encontramos até o momento o “risco original” da primeira capela, portanto, não é possível analisar em detalhes tais inconsistências.

³¹ Arquivo Público Mineiro – APM. Sistema Integrado de acesso do APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) – Registro de petições, informações e despachos. Seção 186; 1771 – 1787/rolo 40; p. 3 e 4 – A construção da Igreja do Pomba por Aleijadinho – Antônio Francisco

achados no artigo “*O Aleijadinho de Vila-Rica*”, na coluna do jornal Diário de Notícias/RJ, em 16 de fevereiro de 1941³², no qual, após ler o conteúdo do parecer de Lisboa, concordava com Padre Manoel de Jesus Maria ao atribuir-lhe a qualidade de “arquiteto”.

Posteriormente a informação também foi referenciada por Judith Martins (1974)³³, nos informando ainda que, em 18 de março de 1771, um documento relacionava a capela, já arrematada há dois anos, ao escultor Antônio Francisco Lisboa - o Aleijadinho, que “foi convocado pelo vigário de então, Manuel Jesus Maria, para medir o “*risco*” da capela-mor da Igreja de São Manuel do Pomba e do Peixe, como se vê do termo e parecer do artista, publicados por Salomão de Vasconcelos (...)”.

Estes documentos, que podem ser consultados digitalmente na plataforma Hélio Gravatá do Arquivo Público Mineiro³⁴, compõem o conjunto de requerimentos feitos pelo Padre Manoel de Jesus Maria e encaminhados à Fazenda Real, com tratativas sobre a construção da primeira capela-mor da “Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato” e trazem importantes informações sobre alguns percalços que o Padre Manoel de Jesus Maria enfrentou com a construção da primeira capela.

A seguir, apresentamos um trecho do requerimento encaminhado pelo Padre Manoel de Jesus Maria a juntas da Fazenda Real, esclarecendo que os oficiais responsáveis pela construção da capela lhe informaram que as medidas “*in loco*” da construção não estavam adequadas e, desta forma, o pároco solicitou o levantamento das medidas da edificação em construção e encaminhou estas informações para serem analisadas pelo “arquiteto Antônio Francisco Lisboa”, conforme segue:

Ilmo. e Exmo. Snr. Diz o **Padre Manoel de Jesus Maria**, Vigário dos Índios, que **o suplicante alcançou de V. Exa. despacho para se por em praça a Igreja Matriz do Mártir São Manoel**, ereta em benefício da cristianização dos Índios dos Sertões do Rio da Pomba, **para o que se fez o risco, para se fazer com sua capelinha mor, e corpo, e como V. Exa. foi servido por último mandar rematar tão somente a capela mor**, e indo os oficiais a dar princípio às madeiras, e a fazer na Aldeia sua roça, para, em tendo mantimento, ir continuar a obra, e o ter declarado ao suplicante que **a dita capela mor não tem mais de vinte palmos de cumprido e parecendo ao suplicante que seria engano**

Lisboa. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrdocs/photo.php?lid=35796>. Acesso em: 13 set. 2021.

³² Salomão de Vasconcellos, “O Aleijadinho de Vila-Rica”, 1941, p. 13-14. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/4535. Acesso em: 21 out. 2022.

³³ Mathias, 1966, p. 227 *apud* Martins, 1974, p. 38.

³⁴ Arquivo Público Mineiro – APM, *op.cit.*, Seção 186; 1771 – 1787/rolo 40; p. 3 e 4.

deles, lhes pediu o risco e o mandou medir pelo arquiteto Antônio Francisco Lisboa (...). (Requerimento, 1771, P. 3v. e 4, grifos nossos).

Ao analisar o contexto do requerimento feito pelo Padre Manoel de Jesus Maria, no qual ele descreve haver divergências métricas na construção da capela, pode-se apurar que o pedido foi indeferido em 23 de março de 1771, devido à interpretação equivocada do provedor da Fazenda Real, João Caetano Soares Barreto, que não entendeu de que se tratava no pedido e responde:

Por ordem de Vossa Excelência se mandou fazer a capela-mor da Igreja dos Índios que se arrematou na Junta da Fazenda Real e que o corpo que havia servir de Igreja fosse coberto de capim como neste Continente, e no Reino há muitas, principalmente nas Praias do Algarve porque chegando o sítio a ter mais gente, e moradores, estes devem fazer o dito corpo da Igreja e se deve o suplicante acomodar com o que se determinar, e por isso é inatendível este requerimento. Vossa Excelência mande o que for servido. Vila Rica, 20 de Março de 1771. João Caetano Soares Barreto (Requerimento que fez o Reverendo..., 1771, p. 5).

Diante do indeferimento, o padre, que ainda se encontrava em Ouro Preto, enviou uma réplica, esclarecendo melhor a necessidade, o que foi finalmente atendido no dia 09 de maio de 1771:

O suplicante não requer corpo da Igreja, mas sim acréscimo na capela-mor, porquanto o que se rematou ocupa unicamente o fundo de vinte e quatro palmos, os quais quase ficam preenchidos na Tribuna, onde indispensavelmente se carece de Sacrário, Altar, Presbitério, vindo a ficar de vão, um palmo: âmbito tão limitado que nem para se fixar as portas da dita Capela dá lugar, e menos para se colocar a Pia Batismal que também é muito precisa, e nestes termos por engano informou o Desembargador Provedor a Vossa Excelência na súplica junta supondo requeria o suplicante fatura de Igreja no corpo dela a vista do que se deve Vossa Excelência se dignar deferir-lhe na forma de seu requerimento no que. E. Receberá Mercê (Requerimento, 1771, p. 5).

Continua o documento a apresentar à Fazenda Real o pedido de alteração no “risco” da capela:

(...) o qual fez a declaração junta que não tem mais de vinte e quatro palmos de comprimento pela medição e que fazendo-se o camarim na forma que se aponta a condição que foi arrematada, vem a ficar muito pouca a distância, entre o arco, e o presbitério para nele se acomodar algumas pessoas, e diz o mesmo arquiteto, que necessita ao menos de mais vinte palmos de comprimento, e na largura seis palmos; e porque enquanto se não levantam os esteios pode ter remédio com mais facilidade recorre o suplicante a grandeza de V. Exa. Para que atendendo a que só se faz a capela mor, se digne V. Exa. Parecendo justo mandar dar-lhe alguma providência, para que não fique esta obra tão defeituosa, por ser dedicada ao culto Divino e à Cristianização dos Índios... (Requerimento, 1771, P. 3v. e 4, grifo nosso).

A seguir, é descrita a inexistência do retábulo, sacrário e pia batismal no “risco”, sendo esses elementos de grande importância e os quais até então não haviam sido mencionados nos documentos.

Mandando vir V. Exa. aos rematantes para lhes dar a providencia de se fazer a obra com o acréscimo que se aponta e com a declaração de que quando se fizer o retábulo, se faça um Sacrário, que lhe há de ser muito preciso para algumas ocasiões, que nem no risco, nem nas condições se fala nele, e se pode mesmo incluir uma Pia Batismal, e a Sacristia assoalhada para o que Pede a V. Exa. seja servido parecendo Justo mandar os rematantes para lhes dar a providencia de se fazer a capela mor com o acréscimo mencionado, para que não fique a dita obra com tão grande defeito, e possa ficar de um lado a Pia Batismal e algumas sepulturas, visto não se fazer corpo, atendendo V. Exa, que a dita Capela, não so é útil para a Cristianização dos Indios, como também por se povoar aquele sertão, de que se seguirá aumento aos Reais interesses de Sua Majestade. E.R. Merce” (Requerimento, 1771, p. 3v. e 4, grifo nosso).

Posteriormente, o conteúdo desse requerimento se desdobraria em inesgotáveis discussões, interpretações e especialmente deturpações que levaram à afirmação de atribuição do projeto da capela de São Manoel e também do retábulo a Antônio Francisco Lisboa.

No entanto, ressalta-se que o requerimento feito pelo Padre Manoel de Jesus Maria é um documento significativo, pois elimina a tese de que a capela ou seu retábulo tenham sido projetados pelo artífice Lisboa, uma vez que este recebe do pároco o levantamento ou desenhos aferidos em uma edificação já em processo de construção. Antônio Francisco Lisboa é consultado pelo pároco para analisar as informações métricas da capela em construção e não elaborar o seu “risco”.

Talvez o motivo de tais deturpações que levaram a uma interpretação de atribuição de autoria do “risco” da matriz de São Manoel ao artífice Lisboa tenha sido o fato destacado por Salomão de Vasconcellos³⁵, em seu artigo publicado no Jornal Diário de Notícias/RJ, em 1941 e citado anteriormente, em que no requerimento encaminhado a Fazenda Real pelo Padre Manoel de Jesus Maria é feita a primeira menção a Antônio Francisco Lisboa como “arquiteto” em um documento oficial.

Este fato gerou certa discussão entre Vasconcellos e o crítico de arte, José Mariano Filho, que publicou o artigo intitulado “O ‘Aleijadinho’ não era arquiteto”³⁶ no mesmo jornal, o Diário de Notícias/RJ, em 04 de maio de 1941, rebatendo as afirmações de Salomão de Vasconcellos e reafirmando que o “artista não era arquiteto, mas única e exclusivamente ornamentista sacro.”

³⁵Vasconcellos, *op.cit.*, p. 13.

³⁶José Mariano Filho, O ‘Aleijadinho’ não era arquiteto. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1941. Terceira seção, p. 17-18. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/5380. Acesso em: 21 out. 2022.

No mês seguinte, em 17 de junho de 1941, Vasconcellos publica em outro jornal, o *Correio da Manhã*/RJ, o artigo “O ‘Aleijadinho’, arquiteto”³⁷, em réplica ao de Mariano Filho. Este, por sua vez, publica no mesmo jornal, meses depois, a 02 de novembro de 1941, outro artigo, “Antônio Francisco Lisboa não era arquiteto”³⁸, contestando novamente a opinião de Salomão de Vasconcellos. Em resposta, semanas depois (7 de dezembro) e ainda no ‘Correio, Salomão de Vasconcellos publica outro texto, “O ‘ser ou não ser’ do Aleijadinho no campo da arquitetura”³⁹, reafirmando sua opinião e dando o assunto por encerrado.

Apesar das discussões, concordamos com Salomão de Vasconcellos em sua avaliação de que o parecer de Antônio Francisco Lisboa se constitui como um documento importante que revela seus conhecimentos técnicos em “traçar riscos e planos de igrejas”.

Conforme o trecho abaixo interessa-nos destacar que Antônio Francisco Lisboa não só atesta que analisou o levantamento métrico da edificação (*risco ou traças*) encaminhado pelo Padre Manoel de Jesus Maria, como detalha a insuficiência do seu espaço arquitetônico para o rito católico:

Medi o risco da capela mor da Igreja do Mártir São Manoel dos Índios do Rio Pomba, achei ter de comprido vinte e quatro palmos, e de largo dezanove: A capacidade para o Camarim que expressa a condição sétima, e seu altar, e presbitério, acha-se só ter dez Palmos ficando quatorze livres até ao arco cruzeiro na forma do risco; Porém em dez palmos se não pode meter o camarim, e o mais porque só para se fazer o dito camarim na forma da condição que foi rematada esta obra para nele fazer o trono para o santo se carece de passar dez palmos, para a banquetta, altar e estrado se carece de sete; para o presbitério ao menos de seis; que incluídos em os vinte e quatro que tem o risco, só sobra um palmo; entre o presbitério e o arco. Vila Rica, 18 de março de 1771. Antônio Francisco Lisboa (Requerimento, 1771, p. 4, grifo nosso).

Na [Fig. 2] a seguir, apresentamos a página 4 extraída dos documentos existentes no Arquivo Público Mineiro (Seção Colonial – 186; 1771-1787 – Microfilme rolo 40, G-3), sobre as tratativas entre Padre Manoel de Jesus Maria e Antônio Francisco Lisboa. Em destaque encontra-se o parecer de Antônio Francisco Lisboa, trecho descrito acima.

³⁷ Salomão de Vasconcellos, O ‘Aleijadinho’, arquiteto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1941, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/7169. Acesso em: 21 out. 2022.

³⁸ José Mariano Filho, Antônio Francisco Lisboa não era arquiteto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1941, p. 1; 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9240. Acesso em 21, out. 2022.

³⁹ Salomão de Vasconcellos, O ‘ser ou não ser’ do Aleijadinho no campo da arquitetura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1941, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9708. Acesso em: 21 out. 2022.

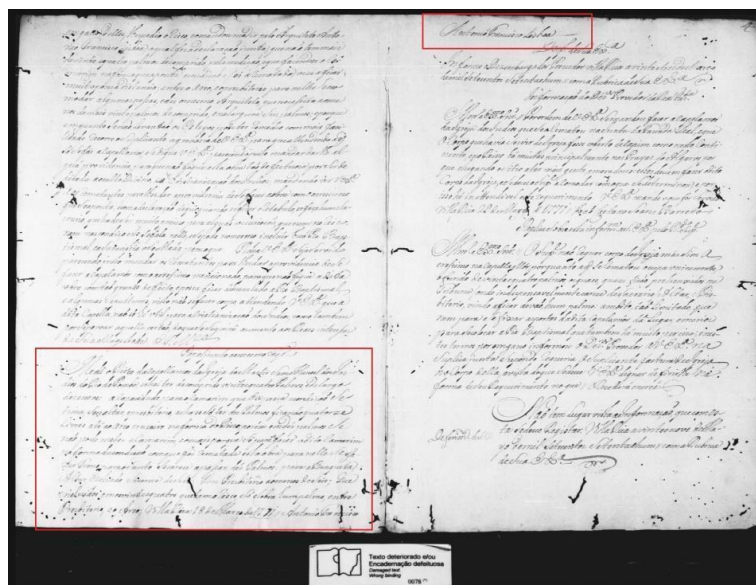


Figura 2

Requerimento, 1771, pp. 3-4. Seção Colonial – 186; 1771-1787 – Microfilme rolo 40, G-3. Em destaque a transcrição do parecer e nome do artifice ao Padre Manoel de Jesus Maria. Fonte: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/btrdocs/photo.php?lid=35796>.

As dimensões da edificação em construção tiveram então sua alteração autorizada pela Fazenda Real após várias insistências por parte do Padre Manoel de Jesus Maria, para que as recomendações constantes do detalhado parecer de Antônio Francisco Lisboa fossem aceitas.

Em relação à ornamentação interna da matriz, só após a finalização da capela, já arrematada desde 1771, é que as demais obras foram realizadas e ficaram:

“a cargo do carpinteiro de Ouro Preto José Caetano Furtado de Mendonça, natural de Itaverava e morador de Catas Altas, responsável pela construção da Matriz da Freguesia do Pomba, em 1776. Até então, a Capela de Nossa Senhora das Mercês “fazia as vezes” de Matriz da Freguesia” (Traslados de Assentos de Batismos..., 1767-1793, f. 27 *apud* Castro, 2010, p. 125).

A antiga capela de São Manoel teve momentos de grande utilização nas primeiras décadas de sua história, porém entrou em situação de abandono juntamente com a “Vila do Pomba”, em meados do século XIX, devido à descoberta de um “veio de ouro”⁴⁰ em outra região chama de “Descoberta Nova”⁴¹, conhecida atualmente como a cidade de Descoberto–MG, o que levou a deterioração do templo e a sua reforma ou reconstrução na segunda metade do

⁴⁰ “Veio” no contexto mineralógico, refere-se a uma concentração de minerais em uma determinada área da rocha (trilhas ou veias), como o minério de ouro, por exemplo. Estas rochas podem estar próximas à superfície, facilitando a sua identificação e exploração.

⁴¹ Langsdorf, 1824 *apud* Silva, 1997, p. 72.

século XIX⁴² e, posteriormente, a sua demolição em 1914. Um novo templo foi reconstruído ainda no início do século XX. Nesse processo muitos documentos e informações foram perdidos e a historiografia da região ficou prejudicada pelo esquecimento.

A nova Igreja Matriz de São Manoel ⁴³ foi construída no mesmo local da anterior, com o início de sua construção em 1914. Apresenta características tipológicas que remetem ao ecletismo do início do século XX, com linhas de inspiração ecléticas do neocolonial ⁴⁴, tendo sido contratada pelo padre Calixto Gonçalves da Cruz, projetada pelo engenheiro civil Joaquim Furtado de Menezes e sua obra acompanhada pelo construtor local, Quirino Marini. Contou ainda com a participação de importantes empresas construtoras da região, tais como a "Pantaleone Arcuri e Spinelli", "Aurélio Monteiro e Cia." e "Machado & Vitral".

As obras da nova matriz foram finalizadas em 1918, preservando da edificação anterior apenas o retábulo-mor⁴⁵, que é um elemento integrado de fatura rococó simplificada, com nicho central dedicado ao orago São Manoel.

⁴² Ainda não foram encontrados documentos que informem sobre o que determinou à demolição da antiga capela (Vieira, 2024, p. 85-120).

⁴³ No ano de 2004, a Igreja Matriz de São Manoel foi tombada pelo Decreto Municipal n.º 1.066/2004, tendo como objeto a suas fachadas e volumetria construtiva.

⁴⁴ Na linguagem eclética do neocolonial se mesclavam elementos do neoclássico com ouros em alusão ao barroco e ao rococó, como as volutas nos frontões das fachadas, semelhantes aos chafarizes coloniais (Mello, 2007).

⁴⁵ Esta informação encontra-se no Dossiê de Tombamento da edificação e faz parte da tradição oral na cidade, porém não foram encontrados documentos comprobatórios. Outro fator que ainda carece de esclarecimentos está relacionado à composição estilística do retábulo, que apresenta características comuns a outros exemplares da região, datados de meados do século XIX e não do século XVIII, período de construção da antiga capela, sugerindo que o retábulo pode ter sofrido modificações ao longo dos anos ou ainda ter sido confeccionado em meados do século XIX (Vieira, 2024).



Figura 3
Retábulo da Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba.
Rio Pomba–MG. Foto dos autores. Dezembro/2021.

4 As contribuições de Antônio Francisco Lisboa na construção da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”

Ao examinarmos as informações do parecer de Antônio Francisco Lisboa sobre as dimensões da capela nos deparamos com outra questão importante e temos ciência de que ao abordá-la talvez possamos trazer mais dúvidas do que respostas à questão de atribuição de autoria ao “risco” da capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”.

Analisando as orientações métricas informadas por Antônio Francisco Lisboa em seu parecer e considerando a medida padrão do palmo⁴⁶, que era uma unidade de medida bastante usual na época e que correspondia a 22 cm, foi possível simular a configuração do “risco” da capela-mor, com os acréscimos nas

⁴⁶ Tiago Gil, “Medidas”. *Biblio Atlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Medidas>. Acesso em: 16 jul. 2020.

dimensões propostos pelo artífice, e comparar com a configuração atual da Igreja Matriz de São Manoel do Rio Pomba.

A [Fig. 4] apresentada a seguir, traz um esboço simulando⁴⁷ a descrição do parecer de Antônio Francisco Lisboa sobre a antiga capela e sua inserção na volumetria da Igreja Matriz atual, tendo como referência o retábulo. Em tracejado, temos a simulação do “risco” primitivo, volume em preto e branco, representando a antiga capela com os acréscimos sugeridos por Aleijadinho e, em colorido, a configuração atual da Matriz.



Figura 4

Rafael Zampa. *Esboço simulando a antiga capela e a Igreja Matriz atual de São Manoel do Rio Pomba*. Grafite e aquarela sobre papel. Julho/2020. Juiz de Fora–MG. Adaptação dos autores.

Desta forma, constatou-se que as dimensões propostas por Aleijadinho, coincidem com a largura do retábulo remanescente e o comprimento finaliza no pilar central, que divide os dois vãos de passagens laterais do presbitério, levando-nos a crer que os acréscimos nas medidas sugeridas pelo artífice foram acatados, considerando que o retábulo existente foi preservado da antiga capela, sendo esta a única participação comprovada do artista na construção da primeira Igreja Matriz da Freguesia do Mártir São Manoel (...).

⁴⁷ Ressaltamos que tal ilustração não deve ser utilizada fora do contexto abordado neste artigo, de maneira a não gerar um falso histórico.

A ilustração que apresentamos é uma sugestão de interpretação das informações presentes no parecer. Ainda não foram encontradas informações sobre se juntamente com o parecer havia algum “risco” elaborado pelo artífice. Nos documentos disponibilizados pelo Arquivo Público Mineiro há somente o texto transcrito para o livro protocolar de correspondências⁴⁸. Porém, não se descarta a possibilidade.

Existem discussões em curso sobre a atribuição de obras arquitetônicas ao artífice Lisboa. Mas a comprovação de tal atividade e as obras que teriam sido executadas pelo artífice ainda são motivos de muita controvérsia.

Segundo Myriam Oliveira (2003)⁴⁹, em relação às contribuições de Lisboa para a arquitetura religiosa mineira, encontram-se registros documentais sobre o projeto de duas fachadas de igrejas, ambas iniciadas em 1776, mas cujos desenhos, projetos, etc. (*riscos ou traças*) foram alterados na década de 1770⁵⁰: a Nossa Senhora do Carmo, em Ouro Preto, e a São Francisco de Assis, em São João del-Rei. Embora a tradição oral sustente que Antônio Francisco Lisboa foi o autor do “risco da Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto”, só é “documentada sua participação de entalhador ornamentista, criando e executando retábulos, púlpitos, portada e um lavabo”.

Guiomar de Grammont, em seu livro “Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial (2008)”⁵¹ contesta a quantidade e a autoria de algumas obras atribuídas a Antônio Francisco Lisboa, pois, “as criações estéticas são suplantadas por um trabalho de ateliê, em que as tarefas de cada um não são muito facilmente distinguíveis e os dados biográficos são dispersos e lacunares”. Além disso, a pesquisadora não encontrou também em seus estudos qualquer documentação que as comprovasse, como por exemplo, o projeto arquitetônico da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, em São João

⁴⁸ Durante o período colonial todas as correspondências oficiais dos governos de Portugal e do Brasil, tais como alvarás, correspondência de governadores, doações, forais, livros administrativos, leis, mandatos, ordens régias, patentes, provimentos seculares e eclesiásticos, regimentos, etc. eram transcritas na íntegra para um livro protocolar antes de serem enviadas aos seus destinatários. Tanto a solicitação do Padre Manoel de Jesus Maria, quanto a resposta de Antônio Francisco Lisboa foram transcritos em um livro protocolar e é este documento que se tem acesso no Arquivo Público Mineiro. Tais documentos não perdem seu valor como fontes documentais históricas. Os documentos originais – solicitação do Padre Manoel, risco da igreja e parecer de Lisboa – ainda não foram localizados.

⁴⁹ Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 219-220.

⁵⁰ Selma Melo Miranda, “Nos bastidores da Arquitetura do Ouro: Aspectos da produção da Arquitetura Religiosa no século XVIII em Minas Gerais”. *Actas del III Congreso Internacional del Barroco Americano*: Territorio, Arte, Espacio y Sociedad. Sevilla: Universidade Pablo de Olavide, 8-12 de out. 2001, p. 775-776.

⁵¹ Guiomar de Grammont, *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

del-Rei, cujos desenhos de elevação das fachadas e planta baixa são cancelados como sendo de Aleijadinho, o que para Grammont (2008) seria uma “história tornada verdade pela repetição sobre a extensão da genialidade do artista mineiro”⁵².

Discutir os méritos de obras arquitetônicas atribuídas à produção de Antônio Francisco Lisboa envolve análises mais abrangentes que tratem de condições sociais e culturais do período colonial. Como ressalta Guiomar de Grammont, ocorrem “anacronismos ao aplicarmos às obras do século XVIII a mesma categorização utilizada em obras contemporâneas”⁵³.

É um debate que necessita de aprofundamento e que exige um estudo exclusivo como tema central. Neste artigo, porém, objetivou-se apenas trazer as informações contidas em um documento oficial que poderão contribuir na realização de estudos futuros.

Por fim, o que se pode constatar sobre a “*presença ou atuação*” de Antônio Francisco Lisboa, na cidade de Rio Pomba–MG é que o artífice e o Padre Manuel de Jesus Maria eram conterrâneos de Ouro Preto–MG e frequentaram o mesmo templo religioso, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias⁵⁴, em Vila Rica, onde Manuel de Jesus Maria ocupou por mais de cinco anos (1759-1764) a função de sacristão menor, antes de sua partida para os sertões do leste, na empreitada de formação da *Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato*⁵⁵.

Tal situação nos permite deduzir que se conheceram antes da partida do padre para “catequização dos índios nos sertões do leste do Rio da Pomba e Peixe” em meados do século XVIII e que talvez, por conhecer os trabalhos já realizados e ter confiança nos saberes técnicos do artífice, Padre Manuel de Jesus Maria solicitou sua ajuda durante a construção da primeira capela dedicada ao orago São Manoel na cidade de Rio Pomba–MG.

Para além das polêmicas sobre a vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o fato é que a cada ano, novas esculturas entram nos catálogos dos colecionadores ou são encontradas nos acervos das igrejas por restauradores mais atentos, como é o caso da imagem sacra de São Manoel pertencente ao acervo da Igreja Matriz

⁵² Grammont, *op.cit.*, p.33.

⁵³ Grammont, *op.cit.*, p.223-225.

⁵⁴ Em frente ao primeiro altar, à direita, encontra-se o túmulo de Antônio Francisco Lisboa.

⁵⁵ Castro, *op.cit.*, p. 36.

de São Manoel, que no ano de 2019 ganhou destaque nas manchetes nacionais pelo fato de ter sido atribuída ao artífice mineiro⁵⁶.

A escultura retabular, após passar por uma intervenção de restauração, revelou, sob as oito espessas camadas de repintura, os traços e feições típicas dos estilemas encontrados em outras obras de autoria reconhecida a Antônio Francisco Lisboa⁵⁷.

Ressalta-se que a descoberta é resultado de um trabalho técnico executado com seriedade e baseado em profundas análises e estudos da obra, possibilitados pelos procedimentos de conservação e restauração, e contribui com novas e importantes informações sobre a história da região e do Estado de Minas Gerais, além de motivar as reflexões sobre a prática da conservação e restauração do patrimônio cultural brasileiro. A falta de documentação comprobatória dificulta a atribuição assertiva, mas não retira da escultura seu valor enquanto patrimônio cultural do município e do Estado de Minas Gerais.

5 Considerações finais

Conforme apresentado ao longo do texto, durante muito tempo atribuiu-se uma possível autoria de Antônio Francisco Lisboa ao “risco” da primeira capela já demolida de São Manoel de Rio Pomba e também de seu retábulo.

No entanto, como vimos nas transcrições do Requerimento, 1771, P. 3v. e 4, disponíveis no Arquivo Público Mineiro, Lisboa recebeu do Padre Manuel de Jesus Maria o “risco” da capela já pronto e, ao analisá-lo, constata as dimensões restritas da edificação em construção, apontando a falta de espaço até para questões básicas, como para a fixação das portas de acesso.

Tal situação ocorrida na cidade de Rio Pomba–MG é apenas um exemplo do que ocorre em várias outras cidades da Zona da Mata Mineira, cujo acervo histórico documental tem se perdido devido à falta de conservação adequada. A perda destes documentos resulta em divergências de informações como a questão

⁵⁶ Revista ÉPOCA. (2020), *Um Aleijadinho esquecido no Rio Pomba*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/cultura/um-aleijadinho-esquecido-em-rio-pomba-24792027>. Acesso em janeiro de 2022.

⁵⁷ André Vieira Colombo; Fábio Mendes Zaratini, *Reconhecimento de oficinas regionais e atribuição de autoria: limites e contribuições para o estudo da escultura religiosa em Minas Gerais*. Rocalha - Revista eletrônica. São João del-Rei–MG. Ano II, v. II, n. 1, dez. 2021, p. 105-121.

de atribuição de autoria da antiga capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato” que abordamos anteriormente. Além disso, temos também a perda de vários bens culturais e o esquecimento de outros.

Ressalta-se que o artigo não teve a pretensão de afirmar ou negar questões de autoria do “*risco*” da capela de São Manoel em relação a Antônio Francisco Lisboa, mas apresentar uma análise com base em documentos oficiais sobre as contribuições do artífice na construção da capela primitiva e que esta se limitou à análise de um “*risco*” aferido de uma edificação em construção e à constatação da insuficiência dos espaços projetados para o rito católico, sem depreciar os seus conhecimentos técnicos.

Corroborando este entendimento, os documentos apresentados são fontes valiosas para sanar a questão de qual foi a real contribuição de Antônio Francisco Lisboa para a edificação da primeira capela da “Freguesia do Mártir São Manoel do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropó e Croato”.

Referências

ANDRADE, Mário Moraes de. A arte religiosa no Brasil. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano V, volume 13, n.º 49. Janeiro, 1920, p. 5-12. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26274>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANDRADE, Mário Moraes de. A arte religiosa no Brasil - Arte cristã. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano V, volume 13, n.º 50. Fevereiro, 1920, p. 95-103. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26275>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANDRADE, Mário Moraes de. A arte religiosa no Brasil - A arte religiosa no Rio. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano V, volume 13, n.º 52. Abril, 1920, p. 298-293. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26277>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANDRADE, Mário Moraes de. Arte religiosa no Brasil – Em Minas Gerais. *Revista do Brasil*. São Paulo, ano V, volume 14, n.º 54. Junho, 1920, p. 102-111. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26279>. Acesso em: 15 jan. 2022.

ANDRADE, Mário Moraes de. O Aleijadinho (1928). In: ANDRADE, Mário Moraes de. *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*. São Paulo: Martins, 1965, p. 14-46.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – APM. Sistema Integrado de acesso do APM. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial) – Registro de petições, informações e despachos. Seção 186; 1771 – 1787/rolo 40; p. 3 e 4 – *A construção da Igreja do Pombo por Aleijadinho – Antônio Francisco Lisboa*. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtdocs/photo.php?lid=35796>. Acesso em: 13 set. 2021.

ARQUIVOS ECLESIASTICOS DA PARÓQUIA DE SÃO MANOEL DE RIO POMBA. RIO POMBA/MG. AEPSMRP – Livro 1 – *Assentamentos de Batismo da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões da Rio da Pombo e Peixe dos índios Cropó e Croato (1767-1787)*.

ARQUIVOS ECLESIASTICOS DA PARÓQUIA DE SÃO MANOEL DE RIO POMBA. RIO POMBA/MG. AEPSMRP – Livro 2 – *Traslados de assentamentos*

de batismo da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões da Rio da Pomba e Peixe dos índios Cropó e Croato (1767-1787).

ARQUIDIOCESE DE MARIANA. Minas Gerais. *História*. Disponível em: <https://arqmariana.com.br/historia/>. Acesso em: 13 set. 2021.

BELLOTO, H. L. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. Vol. 8. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2002, p. 78.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira: mestres de ofício, "riscos" e "traças". *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 321–361, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/39816>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CARRARA, Ângelo Alves. Sertões do leste. In: *Atlas das representações literárias de regiões brasileiras I*. IBGE. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. p. 21 - 22. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80931_v2.pdf. Acesso em: 4 ago. 2022.

CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. *Entre Coroados e Coropós: a trajetória do padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba (1731-1811)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3013/1/nataliapaganinipontesdefariacastro.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.

CERTIDÃO. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano 2, fascículo 2. Direção e redação: J. P. Xavier da Veiga. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897, p. 357-358.

COELHO, Beatriz, org. *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

COELHO, Beatriz; QUITES, Maria Regina Emery. *Estudo da escultura devocional em madeira*. 1ª Edição. Belo Horizonte—MG: Fino Traço, 2014.

COLOMBO, André Vieira. A imagem do Mártir São Manoel de Rio Pomba: pesquisa histórica e atribuição de autoria ao Aleijadinho. *Revista Imagem Brasileira*, Belo Horizonte, n. 11, 2021, p. 97-105.

COLOMBO, André Vieira; ZARATINI, Fábio Mendes. Reconhecimento de oficinas regionais e atribuição de autoria: limites e contribuições para o estudo da escultura religiosa em Minas Gerais. *Rocalha - Revista eletrônica*. São João del-Rei-MG. Ano II, v. II, n. 1, dez. 2021, p. 105-121.

DICIO, Dicionário Online de Português. *Significado de Risco*. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/risco/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FILHO, José Mariano. O 'Aleijadinho' não era arquiteto. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1941. Terceira seção, p. 17-18. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/5380. Acesso em: 21 out. 2022.

FILHO, José Mariano. Antônio Francisco Lisboa não era arquiteto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1941, p. 1; 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9240. Acesso em: 21 out. 2022.

CAMPOS, Maria Verônica (Org.); FIGUEIREDO, Luciano R. A (Org.). *Códice Costa Matoso*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, vol. 2, 1999, p. 75-76.

GIL, Tiago. "Medidas". *Biblio Atlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa*. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Medidas>. Acesso em: 16 jul. 2020.

GRAMMONT, Guiomar de. *Aleijadinho e o aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Centro de Documentação e Informação, Belo Horizonte. Ministério da Educação e Saúde. Arquivo Público Mineiro. Códice 186 – Fls. 3 (S.G.). Ano de 1771. *Igreja Matriz do Mártir São Manoel e Documento do Aleijadinho* – Copiado por Paulo Kruger C. Mourão. p. 1-2. Mensagem recebida por e-mail de: cdi.mg@iphan.gov.br. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. *História. Rio Pomba. Minas Gerais – MG. Histórico*. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-pomba/historico>. Acesso em: 4 ago. 2022.

MARTINS, Judith. “Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: MEC, 2 v., n. 27, 1974, v. 1, p. 38-39; 372.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MELLO, Joana. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

MIRANDA, Selma Melo. "Nos bastidores da Arquitetura do Ouro: Aspectos da produção da Arquitetura Religiosa no século XVIII em Minas Gerais". *Actas del III Congreso Internacional del Barroco Americano: Territorio, Arte, Espacio y Sociedad*. Sevilla: Universidade Pablo de Olavide, 8-12 de out. 2001, p. 775-776.

NARA JÚNIOR, João Carlos. *Arquitetura da persuasão: o simbolismo rococó da Matriz Santa Rita*. 1ª – Ed., Curitiba: Appris, 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de. “O Aleijadinho, escultor de imagens devocionais”. In: OLIVEIRA, M. A. R. de; SANTOS FILHO, O. R. dos; SANTOS, A. F. B. dos. *O aleijadinho e sua oficina: Catálogo das Esculturas Devocionais*. São Paulo: Capivara. 2002, p. 10-33.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 219-220.

PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767 - 1813)*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1999, p. 3-15.

PREFEITURA Municipal de Rio Pomba. Minas Gerais. Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Arquivo: *Dossiê de Tombamento da Igreja Matriz de*

São Manoel. Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística – PERMEAR, dezembro, 2010.

REVISTA DE ANTROPOLOGIA. Convenção para a grafia dos nomes tribais. N.º 2 – Volume 2, 1954, p. 150 – 154. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/issue/view/8378/558>. Acesso em: 15 set. 2021.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Nas pistas do barroco. Aleijadinho deixou marcas nas ruas, nas igrejas e no imaginário dos católicos. Ano V, n. 51, dez 2009, p. 16-26.

REVISTA ÉPOCA. (2020), *Um Aleijadinho esquecido no Rio Pomba*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/cultura/um-aleijadinho-esquecido-em-rio-pomba-24792027>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIO POMBA (Cidade). Ato do Poder Executivo. Decreto Municipal n.º 1.066 de 20 de outubro de 2004. *Tomba imóvel que compõe a Igreja Matriz de São Manoel e respectivos acervos que menciona*.

RIO POMBA (Cidade). Ato do Poder Executivo. Decreto Municipal n.º 2381 de 14 de dezembro de 2020. *Homologa o tombamento do bem cultural denominado "Imagem Retabular do Mártir São Manoel", situado na Igreja Matriz de São Manoel, centro da cidade de Rio Pomba e dá outras providências*. Rio Pomba–MG. 2020.

SANTOS, Raquel. Arqueologia da Arquitetura: Conceitos e metodologias. *Revista Parc. Pesquisa em Arquitetura e Construção*, Campinas, v. 3, n. 4, p.1-10, abr. 2013, p. 3.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (org.); KOMISSAROV, Bóris et al. (eds.). *Os Diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997.

VASCONCELLOS, Salomão de. O Aleijadinho de Vila-Rica. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1941. Terceira seção, p. 13-14. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/093718_02/4535. Acesso em: 21 out. 2022.

VASCONCELLOS, Salomão de. O ‘Aleijadinho’, arquiteto. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1941, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/7169. Acesso em: 21 out. 2022.

VASCONCELLOS, Salomão de. O 'ser ou não ser' do Aleijadinho no campo da arquitetura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1941, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_05/9708. Acesso em: 21 out. 2022.

VASCONCELOS, Sylvio de. *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. São Paulo, Cia. Editora Nacional Brasileira, vol. 369, 2ª edição – 1979, p. 75-140.

VIEIRA, Elza Helena Martins. *A Igreja Matriz de São Manoel de Rio Pomba, entre tradições e contradições: Arte e Arquitetura religiosas na Zona da Mata Mineira (séculos XVIII e XX)*. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora–MG, 2024.